



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9694 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT13 - Educação Fundamental

Cidadania Global e Desigualdades Escolares: Análise de estatísticas educacionais do Ensino Fundamental (2020)

Deise Andreia Enzweiler - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Caroline Birnfeldt - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS

Agência e/ou Instituição Financiadora: CNPq

Cidadania Global e Desigualdades Escolares:

Análise de estatísticas educacionais do Ensino Fundamental (2020)

RESUMO

O objetivo desta reflexão direciona-se a analisar estatísticas educacionais do Ensino Fundamental no ano de 2020 a partir do conceito de cidadania global preconizado pela UNESCO. O material analisado trata-se do relatório Notas Estatísticas do Censo da Educação Básica 2020. O documento apresenta indicadores relativos ao ano de 2020, bem como a distribuição deles na série histórica dos últimos 5 anos. A proposta indica uma leitura crítica do contexto pré-pandêmico e pandêmico, a partir de um contraponto analítico entre as condições materiais destacadas em relação aos alunos do Ensino Fundamental e a possibilidade de formação para a cidadania global. Conclui-se que a possibilidade de formação para a cidadania global, compreendida desde o quadro da experiência das desigualdades, mostra-se uma realidade distante para os alunos do Ensino Fundamental frente aos três indicadores aqui analisados: matrículas, reprovação/distorção idade-série e condições de conectividade.

Palavras-chave: Cidadania Global; Desigualdades Escolares; Estatísticas Educacionais; Ensino Fundamental.

O presente texto^[1] tem como objetivo analisar estatísticas educacionais do Ensino Fundamental no ano de 2020 a partir do conceito de cidadania global preconizado pela UNESCO. A escolha pelo foco específico neste período está articulada à compreensão teórica sugerida por Veiga-Neto (2020) a partir do neologismo *sindemia*. A leitura da pandemia a partir deste conceito trata da combinação e potencialização de problemas que se situam nos âmbitos sanitário, sociocultural e ambiental (VEIGA-NETO, 2020). Neste sentido, ao cenário pandêmico, somam-se resquícios de crises e problemas históricos, endêmicos e estruturais do Brasil, cujos efeitos seguem presentes e, em momentos de conjugação de crises, tendem a se radicalizar. Na mesma perspectiva, compreende-se os múltiplos efeitos da pandemia

especificamente sobre o campo educacional.

O documento analisado — Notas Estatísticas do Censo da Educação Básica 2020 (BRASIL, 2021) — a partir do qual construímos as reflexões, além dos dados de 2020, apresenta comparações em séries históricas relativas aos últimos 5 anos. Estas séries nos permitem análises em relação aos indicadores do contexto pré-pandêmico na sua relação com os dados de 2020. Sob coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo Escolar, fonte do relatório analisado, é um levantamento estatístico sobre a educação básica brasileira. A partir dos dados declarados, são conhecidos alguns indicadores educacionais.

A partir do relatório, restringimos o recorte à etapa do Ensino Fundamental, explorando 3 indicadores: matrículas, reprovação/distorção idade-série e conectividade. Tais escolhas justificam-se, dentre outros argumentos, pelos indicadores responsáveis pelo monitoramento da Meta 1 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4[2], que são formados pela proporção de crianças e jovens no Ensino Fundamental. Após a exploração dos respectivos indicadores, sugerimos um contraponto analítico entre as condições materiais dos alunos do Ensino Fundamental e a possibilidade de formação para a cidadania global segundo as definições da UNESCO. Neste ponto, os indicadores tornam-se imprescindíveis de serem analisados em contextos de suspensão de atividades escolares presenciais e adoção de modos remotos e/ou híbridos.

A partir destas definições, destaca-se que a compreensão das desigualdades está articulada aos estudos desenvolvidos por Dubet (2001; 2008; 2020). Para o autor, além da compreensão das *desigualdades multiplicadas* (DUBET, 2001), também é possível analisá-las desde o quadro da *experiência das desigualdades* (DUBET, 2020). Direcionando estas reflexões para o campo educacional, compreende-se a educação escolar não apenas como reprodutora de desigualdades sociais mais amplas, mas como um lugar que cria as suas próprias desigualdades (DUBET, 2008). Ampliando suas análises, Dubet (2020) aponta que o quadro da *experiência das desigualdades* sugere uma transformação na própria forma de compreensão das desigualdades, especialmente pelo contexto de passagem entre as sociedades industriais do século XIX/XX e as sociedades globalizadas do século XXI. É desde esta leitura teórica que propomos a análise dos dados.

Nesta perspectiva, entende-se que a experiência das desigualdades se torna um desafio aos sujeitos no século XXI. Em especial, para aqueles cujos efeitos múltiplos das desigualdades se tornam experiências individualizadas e, nas palavras de Dubet (2020) vivenciadas *na qualidade de*. Assim, a conjugação de múltiplas condições (gênero, classe social, raça e etnia, entre outros) levam os sujeitos a vivenciarem esta experiência subjetiva de forma mais ou menos dolorosa frente às condições que os interpelam.

Isto posto, direcionamos nosso olhar às definições da cidadania global indicadas pela UNESCO no documento Educação para a Cidadania Global: preparando os alunos para o século XXI (UNESCO, 2015). Este direcionamento está articulado ao nosso objetivo inicial, a partir do qual propomos a elaborar um contraponto analítico desde a perspectiva da cidadania global frente aos dados estatísticos do Censo Escolar 2020.

Para a UNESCO (2015), ser um cidadão global possui múltiplas interpretações, uma vez que a noção de cidadania global é contestada no meio acadêmico e o próprio conceito de cidadania ampliado para muitas perspectivas, tanto social, cultural quanto econômica (UNESCO, 2015). Assim, a definição de cidadania global percorre o entendimento de uma

cidadania para além das fronteiras, mas também pode ser apreendida pelo cosmopolitismo ou por uma cidadania planetária (UNESCO, 2015). Entretanto, o sentimento de pertencer a uma humanidade comum, na qual a vida de cada um tem implicações nas deliberações cotidianas, tanto locais quanto globais, é considerado o ponto comum entre as muitas interpretações possíveis da cidadania global. Caracteriza-se como um modo de agir, pautada por responsabilidades compartilhadas, por meio do qual os alunos compreendam seus papéis na solução de problemas globais.

A partir de tais apontamentos, evidencia-se a centralidade da educação para que um país forme cidadãos globais, dotados das competências necessárias para responder a problemas do mundo. Entretanto, para atingir estes objetivos e formar sujeitos conectados às características da cidadania global, há condições básicas a serem garantidas. Desde a análise que propomos, as desigualdades estão diretamente articuladas à distância entre a realidade do Ensino Fundamental brasileiro, agravada pelas condições impostas pela pandemia, e às condições de formar sujeitos para o século XXI na perspectiva de uma cidadania global. Para evidenciar nossa afirmativa, partimos para a análise dos indicadores apontados.

Em relação às matrículas no Ensino Fundamental, as análises apontam para uma expressiva diminuição no número de matrículas nas escolas brasileiras. Ao focar na Educação Básica, o decréscimo de tal taxa é de 1,2% em relação à 2019, somando 579 mil matrículas. No entanto, o mesmo comportamento não foi observado no Ensino Médio. Nesta etapa, houve o rompimento da tendência de queda que era observada desde 2016, com um aumento de 1,1% em relação ao ano anterior. Isso, por sua vez, reforça a necessidade da análise do Ensino Fundamental, que contou com 3,5% a menos de matrículas em relação ao período precedente, fato este, observado tanto na rede pública quanto particular.

O relatório analisado mostra que a queda no número de matrículas no Ensino Fundamental da rede pública de ensino é uma tendência apreendida desde 2016, decaindo ano após ano. Dados de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-Contínua), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que em 2019, 1,3 milhão de pessoas de 5 a 17 anos, estavam na condição de não estudante; cerca de 1,4 milhão realizam alguma atividade econômica e que o número de pessoas em condição de trabalho infantil é de aproximadamente 1,3 milhão (IBGE, 2020).

Já em relação à permanência dos estudantes nas escolas, dois indicadores mostraram-se relevantes: a taxa de não aprovação e a distorção idade-série. A taxa de distorção idade-série é mais expressiva nos Anos Finais do Ensino Fundamental se comparada à dos Anos Iniciais, de 22,7% para 9,7%. Da mesma forma, se destacam diferenças nos índices entre as regiões do território nacional. Enquanto a região Sudeste tem uma taxa de 16,6%, nos Anos Finais, as regiões Norte e Nordeste apresentaram, respectivamente, taxas de 31,6% e 29% para o mesmo indicador. Além destas disparidades relacionadas às diferentes regiões do país, também se evidencia uma correlação entre os indicadores aqui apontados e a tendência de piora crescente nos desempenhos das trajetórias nas etapas da Educação Básica.

Em relação às taxas de não aprovação, se mantêm as tendências observadas em relação à distorção idade-série: taxas mais elevadas no Anos Finais em comparação com os Anos Iniciais; da mesma forma, observa-se a discrepância entre regiões do Brasil, nas quais as regiões Norte e Nordeste ficam acima da média nacional (Anos Iniciais 4,9% e Anos

Finais 10,1%). Por sua vez, as regiões Sudeste e Centro-Oeste ficam abaixo das médias nacionais e a região Sul fica abaixo somente em relação aos Anos Iniciais (4,6%) e acima nos Anos Finais (11,1%).

Já em relação às condições de conectividade, apesar da pandemia ter exposto a precariedade de acesso a recursos digitais nos lares brasileiros[3], o mesmo levantamento estatístico revela a fragilidade da conexão à rede de *internet* nas escolas. Para fins de melhor compreensão, cabe retomar aqui outro dado relativo às matrículas. Dados do relatório analisado indicam que cerca de 68% das matrículas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental são nas redes municipais de educação, taxa equilibrada nas redes estaduais, quando a etapa em questão é formada pelos Anos Finais do Ensino Fundamental. Assim, quando os dados apontam que apenas 23,8% das redes municipais de ensino possuem conexão com a *internet* disponível para os alunos, validam que muitos estudantes não possuem acesso nem mesmo nas escolas na etapa do Ensino Fundamental. Ainda na dependência administrativa municipal, pontua-se que apenas 38,3% das escolas possuem computador de mesa. Ao levar em conta as exigências sanitárias impostas pelo período pandêmico, a constatação é mais expressiva: cerca de 30% das escolas municipais possuem computador portátil para alunos, seguido de 6% para *tablets*.

Assim, considerando-se os três indicadores mapeados — matrículas, não reprovação/distorção idade-série e condições de conectividade —, conclui-se que a possibilidade de formação para a cidadania global, compreendida desde o quadro da experiência das desigualdades, mostra-se uma realidade distante para os alunos do Ensino Fundamental no Brasil, especialmente no contexto das escolas públicas. Desta forma, a educação como direito e condição para a cidadania necessita seguir como pauta de pesquisas educacionais. Caso a reflexão sobre a educação e sua relação com a cidadania global não seja aprofundada, há uma tendência de seguirmos pelo rumo da meritocracia. De acordo com Sandel (2021), a meritocracia tende a crescer quando as desigualdades aumentam. Frente aos dados analisados e ao contraponto analítico desde o conceito de cidadania global, conclui-se que, por exemplo, atingir a Meta 1 do ODS 4 até 2030 parece um desafio inalcançável no contexto educacional do Ensino Fundamental.

Por fim, a análise tecida por Beck (2018) aponta para uma metamorfose do mundo nas condições do capitalismo globalizado e financeiro. Nesta perspectiva, ninguém pode escapar do global: os que detêm as fronteiras nacionais são os perdedores, os que agem de forma nacional ou local são deixados para trás (BECK, 2018). Neste sentido, os que não compartilham da cidadania global, aqueles que não têm condições de participação ou que não estão formados para viver no mundo globalizado do século XXI tendem a compor o grupo dos relegados.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **A metamorfose do mundo**: novos conceitos para uma nova realidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

BRASIL. Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2020**: Notas Estatísticas. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Brasília-DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 10 de Abr. 2021.

CETIC - Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. **Painel TIC COVID-19** – 3ª Edição. São Paulo – SP, 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/tic-covid-19/analises/>. Acesso em: 24 de Abr. 2021.

DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. São Paulo: Vestígio, 2020.

_____. **O que é uma escola justa?** A escola das oportunidades. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **As desigualdades multiplicadas**. In: Revista Brasileira de Educação. N. 17, Mai./Ago. 2001, p. 5-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n17/n17a01.pdf>. Acesso em: 12 de Out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2016-2019 Trabalho de Crianças e Adolescentes de 5 a 17 anos de idade. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/17270-pnad-continua.html?edicao=29652&t=resultados>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura. *Educação para a Cidadania Global*: preparando alunos para os desafios do século XXI. Brasília: UNESCO, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. Mais Uma Lição: Sindemia Covídica e Educação. In: **Revista Educação & Realidade**. v. 45, n. 4, p. 1-20, Maio/Ago. 2020. Acesso em: 15 Maio 2021.

[1] As análises apresentadas resultam da conjugação de pesquisas ainda em andamento, ambas com recursos da CAPES.

[2] Em 2015 os representantes de todos os Estados-membros da Organização das Nações Unidas, a ONU, reconheceram a erradicação da pobreza como maior desafio global, além de ser condição necessária para o desenvolvimento sustentável. Em vista disso, assumiram compromisso pela Agenda 2030, plano de ação composto por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável a serem alcançadas até 2030. O ODS 4, refere-se à Educação de Qualidade.

[3] De acordo com a pesquisa *Painel TIC COVID-19* entre os dados sobre as condições dos estudantes no período pandêmico, ressalta-se que 57% dos estudantes ouvidos afirmaram ter estudado a partir de materiais impressos que a escola ofereceu (CETIC, 2020).